

**RECEITA** ■ ESTADO COBRA SPREAD DE 5 PONTOS PERCENTUAIS, SUPERIOR AO DA BANCA

# Fisco cobra 5,4% aos devedores

■ Taxa de juros de mora aplicada a dívidas fiscais, à Segurança Social e restantes entidades do Estado é mais de 20 vezes superior à Euribor a 12 meses

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Fisco vai cobrar este ano aos contribuintes com dívidas em atraso uma taxa de juros de mora de 5,476%. Com a Euribor a 12 meses a atingir ontem o mínimo histórico de 0,266%, a taxa de juros de mora é mais de 20 vezes superior à Euribor a 12 meses. Em 2014, o Estado arrecadou com a cobrança de juros de mora e compensatórios 75,6 milhões de euros. Para o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues Azevedo, “o Estado está a praticar usura pura”.

A taxa de juros de mora foi fixada em dezembro passado pelo IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – e corresponde “à média das médias mensais das taxas Euribor a 12 meses, verificadas nos últimos 12 meses, acrescida de um diferencial de cinco pontos percentuais”, segundo uma alteração introduzida ao decreto-lei nº 73/99, no âmbito do Orçamento do Estado para 2010. Ou seja, numa altura em que os próprios bancos já estão a reduzir o spread aplicado sobre os novos créditos à habitação, que nalguns casos caiu para 3%, o Estado mantém uma margem de lucro de 5% sobre as dívidas ao Fisco, à Segurança Social e restantes entidades públicas.

Face a 2014, a taxa de juros de mora cobrada pelo Estado sofreu uma queda de apenas 0,059%:



Ministério de Maria Luís Albuquerque (ao centro) tutela a entidade que fixa a taxa de juros de mora

caiu de 5,535% para 5,476%. Daí que Domingues Azevedo considere que “o Estado, neste momento, tem uma taxa de juro incoerente, porque os bancos já praticam um spread de 3%”.

Para o bastonário da OTOC, “o spread de 5% cobrado pelo Estado é muito elevado”. Por isso, frisa Domingues Azevedo, “o Estado cobra uma taxa de juro elevada às empresas e famílias que estão em dificuldades financeiras”.

**Bastonário da OTOC diz que está a ser praticada usura pura**

## ✚ PORMENORES

### ● DÍVIDAS FISCAIS

A dívida total ao Fisco ascendia, no final do primeiro semestre de 2014, a cerca de 14 mil milhões de euros. Desse montante, apenas 6,8 mil milhões eram cobráveis.

### ● COSTA COM SINDICATO

António Costa, secretário-geral do PS, reúne amanhã com o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos.

## Governo desceu remuneração dos certificados

● O Governo reduziu as taxas de juro dos certificados de aforro e do Tesouro, justificando a medida com a queda da Euribor.

No final de 2014, os certificados representavam 8% do total da dívida pública. Para reduzir o gasto com juros, o Governo cortou as taxas. No final de 2014, o valor aplicado em certificados era 17,1 mil milhões de euros. ■